

## CERCADÃO DOS DICETAS E A EDUCAÇÃO POPULAR QUILOMBOLA: VIVÊNCIA, EXPERIÊNCIA E SABERES.

Indra Lucena Arnaud Paiva<sup>1</sup>  
Raul da Fonseca Silva Thé<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo busca compreender a educação na Comunidade Remanescente Quilombola Cercadão dos Dicetas. Desenvolve uma pesquisa eminentemente qualitativa, baseada em observações diretas, em entrevista e rodas de conversas. Encaminha uma investigação histórica como base de discussão e busca aprofundá-la com um mergulho empírico. O debate teórico se articula com uma observação sobre o reconhecimento em suas dimensões histórica, de raça e de classe que perpassam todo o processo de educação popular quilombola, tendo tanto os encontros comunitários quanto a educação escolar o foco central no ensino e nos sujeitos e nas suas vivências. Como considerações finais, observamos como a comunidade interpreta suas condições e propõe suas reivindicações de modo a resistir através da educação e como o processo educativo popular apresenta limites e possibilidades.

**Palavras-chave:** Comunidades Remanescentes de Quilombolas, Educação Popular; População Negra.

### INTRODUÇÃO

A educação representa um direito básico e fundamental para a transformação da sociedade. Quando o assunto é a educação da população negra, é necessário olhar atentamente para os antecedentes históricos que caracterizam a inserção do negro na sociedade brasileira e, sobretudo, para as barreiras que desde então se colocaram, de modo a dificultar o acesso dessa população aos direitos básicos, no intuito de preservar os privilégios da elite branca. Além disso, não alcançando a cidadania plena, mesmo depois de conquistar a liberdade, a população negra precisou de organização e de quase um século de luta para conseguir junto ao governo a viabilização de políticas afirmativas voltadas, inclusive, para a educação.

A luta pelo direito à educação empreendida pelo povo negro, em especial a educação escolar quilombola, ganha destaque quando pensada ao lado da educação popular. Uma vez que essas experiências autênticas de valorização dos saberes populares e dos modos de vida tradicionais se constroem no reconhecimento de uma educação autônoma e consciente do seu

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará - UECE, [indraarnaudd@gmail.com](mailto:indraarnaudd@gmail.com);

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará, Graduado pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC e Graduado em Formação Pedagógica para Graduados em Sociologia do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, [raulsilvathe@gmail.com](mailto:raulsilvathe@gmail.com).

valor, capaz de empoderar e movimentar as lutas necessárias para a emancipação de populações oprimidas (CAMPOS e GALLINARI, 2017).

Além do contexto nacional, analisaremos, também, as experiências do Ceará relativas à implementação das políticas públicas educacionais voltadas para as Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQs), buscando perceber as experiências vivenciadas pela Comunidade de Cercadão dos Diceta, em Caucaia, através da escuta de sua liderança central e da visita à comunidade.

Alicerçadas sobre uma metodologia que prima essencialmente pela pesquisa empírica qualitativa, buscamos por meio do contato direto, da conversa informal e do encontro entre perspectivas investigar as ideias de educação popular da comunidade. Destacando-se aqui a potencialidade da constituição de rodas de conversa – entre a interlocutora e os pesquisadores – para a pesquisa, uma vez que facilitou a expressão da interlocutora e apontou para capacidade de apreensão da realidade deste intento metodológico.

Para fins de exposição, o presente trabalho está dividido em cinco partes, nas quais realizamos: (i) a apresentação do processo metodológico; (ii) a descrição dos fatos históricos geradores das comunidades remanescentes quilombolas; (iii) a explicitação do campo/das falas da liderança da comunidade; (iv) a discussão teórica que o campo suscitou; e (v) a indicação das considerações finais.

## **METODOLOGIA**

A CRQ Cercadão dos Dicetas desenvolveu variadas questões de múltiplas dimensões e, em específico, questionamentos sobre a educação popular realizada pela comunidade. Um exemplo das formas educacionais advindas pela Comunidade é a postura política e de pertencimento que envolvem os moradores, que tem a educação sobre a cultura e a tradição do seu povo como base das suas relações sociais. Esses conhecimentos se expressam nas formas democráticas da comunidade de se relacionarem com a diversidade e tolerância religiosa. Como também, se expressam na resistência a uma invisibilidade histórica de uma cultura, expressadas tanto pela sociedade quanto pelo Estado através de atos preconceituosos e pela inviabilidade de políticas públicas. (GELEDÉS, 2010; DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

Para analisarmos essas inquiuições desenvolvemos uma pesquisa com uma representante do Quilombo Cercadão dos Dicetas. Compreendendo ser mais representativo e agradável para nossa interlocutora, nos encontramos com ela na comunidade, na qual

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

conhecemos seus espaços: escolas, templos religiosos e projetos educacionais. Diante disso, escolhemos realizar conversas informais por meio de palavras geradoras, lançando ideias para um debate geral, e deixando-a mais à vontade ao se expressar. Além disso, a roda de conversa funcionou à coleta de dados no intuito de permitir que víssemos as nuances internas da comunidade, expressadas, em especial, na educação.

A metodologia utilizada na roda de conversa foi a observação direta com a primazia do *in vivo* e *in situ* em que observamos a relação da liderança com o ambiente, as formas de identidade através da educação social que perpassa tanto no ambiente escolar quanto nas relações intersubjetivas na comunidade. Que muitas vezes são marcadas por suas lutas por reconhecimento frente ao Estado, que não realiza a operacionalização de políticas públicas adequadas para que a comunidade desenvolva sua emancipação.

Ainda, buscamos compreender os sentidos e os significados na fala da representante da comunidade escutada no encontro, realizando anotações nos cadernos e nos diários de campo e observações do que foi dito e exposto no momento. Desse modo, partindo do pressuposto da compreensão do que foi falado, atrelado às expressões da questão social alarmantes e ascendentes em vários períodos históricos. Realizamos uma pesquisa eminentemente qualitativa com o contato com os moradores da comunidade, auxiliados por fontes bibliográficas e documentais. (GUERRA *et al.*, 2007; WEBER, 2003; GELEDÉS 2017; DIÁRIO DO NORDESTE, 2017; QUEIROZ, 2012; WITZEL, 2019).

## **A LUTA E HISTÓRIA DO POVO NEGRO PELO DIREITO À EDUCAÇÃO**

As situações de opressão vivenciadas ainda nos dias atuais pela população negra, inclusive na educação formal, tem raízes históricas e estão vinculadas a forma como o negro foi inserido no Brasil. Trazidos da África para que fossem escravizados, os negros foram subalternizados, posição esta, que mesmo após o fim do sistema escravista, continua estigmatizada, afinal foram mais de trezentos anos de escravidão. Os anos que se seguiram, não foram suficientes para corrigir a injustiça sofrida pelo povo negro. Além disso, ao analisar a história da educação negra, fica claro o interesse de excluir essa parcela da população, pois enquanto escravizados, não possuíam direitos e mesmo depois de conquistarem a liberdade, havia a dificuldade de serem reconhecidos como cidadãos. Sem garantias de direitos, mesmo após o fim do trabalho escravo, restava continuar construindo a luta e a resistência para assegurar a inserção justa na sociedade pós-escravista (CAMPOS e GALLINARI, 2017; GELEDÉS, 2010; PINSKY 2006; WITZEL, 2019).

O Estado brasileiro limitou e deixou em segundo plano a cidadania da população negra, que ao invés de incluir, expressando o preconceito em forma de lei, permitindo o acesso à escola somente no período noturno, por exemplo. Esse tipo de determinação legal, representava o esforço em manter a ordem social vigente, de privilégios para a elite branca. Diante disso, a opressão, no entanto, não significava ausência de luta. Após a lei abolicionista, considerando que não houve mudanças significativas, começaram as articulações e movimentos para reivindicar o acesso pleno à cidadania até então negada. Mas é preciso lembrar que o caminho é longo e não começou a ser percorrido somente após a abolição (CAMPOS e GALLINARI, 2017; DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

Desde a chegada ao Brasil, os africanos escravizados buscaram meios de resistir à dominação. A formação de quilombos foi uma das formas de resistência. Essas comunidades independentes, onde viviam principalmente escravizados fugidos, mas também indígenas e pessoas livres pobres, possuíam uma estrutura própria e não se desfizeram automaticamente com o fim da escravidão. Ao contrário, permaneceram, até mesmo para fortalecer uma população que era desassistida pelo poder público. A educação foi um ponto central nas lutas das primeiras iniciativas de organização do movimento negro por ser reconhecida como um dos fatores necessários para a transformação social. As dificuldades em acessar a educação formal oferecida pelo poder público foram transformadas em impulso para garantir, dentro dos territórios das comunidades quilombolas a criação de escolas para suprir essa necessidade (CAMPOS e GALLINARI, 2017; WITZEL, 2019).

O surgimento das escolas quilombolas faz refletir não somente sobre a resistência expressa na luta pelo direito à educação formal, mas torna necessário, também, entender as especificidades inerentes ao modo de vida das comunidades e povos tradicionais. Considerando que os quilombos estavam situados em locais de difícil acesso, pela lógica da fuga, criou-se um vínculo importante com o território e uma dinâmica de sobrevivência diferente da que ocorria no espaço urbano. Permanecer inserido na comunidade e ter acesso à educação dentro do espaço de origem, favorecia a continuidade das tradições e saberes que nem sempre eram respeitados em outros espaços, pois a luta por direitos iguais visava inclusive o respeito às particularidades de cada povo (CAMPOS e GALLINARI, 2017; WITZEL, 2019).

Entre as décadas de 1970 e 1980, as discussões sobre a permanência dos antigos quilombos ganharam evidência e embora muitas comunidades nunca tenham deixado de existir, nem sempre se reconheceram como tal. As CRQs, como passaram a ser chamadas, receberam a partir de então, um impulso maior, do Movimento Negro e de outros movimentos

sociais articulados, para que se reconhecessem e buscassem a garantia dos seus direitos assegurados junto ao Poder Público. Com a Constituição de 1988, muitos avanços foram possíveis, favorecendo o fortalecimento em busca de ações afirmativas, em especial, na educação (CAMPOS e GALLINARI, 2017).

Apesar do fortalecimento dos debates sobre os direitos da população negra desde as décadas anteriores, é depois dos anos 2000 que as ações afirmativas passam a ser colocadas em prática, principalmente voltadas para a educação. A Lei 10.639/03, alterada posteriormente pela Lei 11.645/08, que estabeleceu o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, é umas das conquistas mais expressivas. Tratando em especial das CRQs, em 2012 são criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, visando assegurar a permanência dessa população em seus territórios, reconhecendo a importância das relações de pertencimento das comunidades e povos tradicionais para o fortalecimento da sua identidade e respeito a suas especificidades. Além disso, mesmo com os avanços nos últimos anos, as dificuldades persistem, marcadas pela morosidade do poder público em de fato viabilizar os direitos conquistados. Essas existem em vários níveis, desde o reconhecimento legal dessas comunidades, passando pela questão fundiária (uma vez reconhecidas) e chegando até ao acesso às políticas públicas específicas (BRASIL, 2003; 2008; 2012).

Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola priorizem a existência de escolas dentro das comunidades, essa ainda não é uma realidade na maioria das CRQs. Mesmo entre aquelas que possuem escolas, a precariedade da infraestrutura e a ausência de determinados níveis de ensino é uma situação comum. Essas limitações não respeitam a territorialidade e o modo de vida dos povos tradicionais, fazendo com que o deslocamento seja necessário para acessar a serviços básicos e contribuindo para fragilizar a noção de pertencimento dessas populações aos seus lugares de origem, uma vez que aquilo que se precisa, deve ser buscado externamente. Isso é, dificulta a construção de processos autônomos de elaboração dos modos de vida e, portanto, dos processos educativos da comunidade (BRASIL 2012; CAMPOS e GALLINARI, 2017).

Assim como o restante do Brasil, o Ceará também enfrenta limitações para garantir o acesso da população negra e quilombola aos direitos conquistados. Além das questões já levantadas a nível nacional, existe uma particularidade que dificulta o reconhecimento da cultura negra no Ceará, pois durante muito tempo foi propagado o discurso de que nesse estado não havia negros. Esse discurso ganhou força pelo fato da colonização do estado ter ocorrido através da pecuária, com penetração pelo interior e pouca utilização do trabalho

escravo e com predominância do trabalho livre, o que não significava a ausência de negros nos diversos tipos de trabalhos (LIMA E SILVA, 2018; CHAVES E SILVA, 2017; DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

Vencida a barreira do reconhecimento da identidade, as CRQs presentes no Ceará se deparam com a pouca atenção do poder público em pôr em prática os direitos garantidos à essa população. Com todas as suas CRQs localizadas na zona rural, nem todas contam com unidade escolar dentro do território, forçando o deslocamento para aqueles que desejam dar continuidade aos estudos (CHAVES E SILVA, 2017).

Segundo a Fundação Palmares, o Ceará possui 46 CQRs Rurais, sendo que dessas, em torno de 27 possuem escolas dentro da comunidade, sendo administradas em sua quase a totalidade pelos municípios. Existe apenas uma escola quilombola estadual, a Escola Quilombola Luzia Maria da Conceição, em Croatá – CE. A ausência de unidades escolares nos territórios das comunidades quilombolas não dificulta apenas o deslocamento, compromete também toda a relação de ensino e aprendizagem, pois fora do território nem sempre a diversidade é bem acolhida (DIÁRIO DO NORDESTE, 2017).

Além da distância e do distanciamento da construção identitária, outras fragilidades são percebidas na implementação das políticas públicas voltadas para a educação. Essas falhas estão expressas nas imposições dos sistemas públicos, uma vez que não escutam as demandas locais. Exemplo disso está na não garantia de merenda escolar que respeite os hábitos alimentares específicos ou quando não se prioriza a contratação de professores vinculados à comunidade (CHAVES E SILVA, 2017).

O município de Caucaia (Ceará) tem o maior número de comunidades quilombolas certificados do Ceará. A comunidade pesquisada para desenvolver este trabalho foi o Cercadão dos Diceta. A história dessa comunidade começa com o naufrágio de um navio saído do norte da África, que encalhou próximo à região da Grande Fortaleza chamada Barra do Ceará, por volta de 1710. As primeiras pessoas a tentarem fixar moradia, se estabeleceram próximo à Praia do Icarai, no referido município. O Cercadão dos Diceta, assim como outras comunidades tradicionais localizadas na zona rural, também sofreu no passado com a tentativa de tomada das suas terras por parte dos grandes proprietários de terras da região ou dos “coronéis”, na década 1970, mas resistiu derrubando as cercas que apareciam com o intuito de expulsar os moradores da comunidade. Após alguns anos de luta, em 1978, a terra passa ser de posse definitiva dos moradores de Cercadão, que assim chamam o lugar, porque cuidaram em estabelecer os seus limites com cercas, assim que tiveram a posse definitiva (SAMPAIO, 2012; QUEIROZ, 2012).

Em 21 de janeiro de 2011, depois dos trabalhos de resgate e pesquisa sobre a sua história, a localidade foi denominada de CRQ Cercadão dos Diceta e foi reconhecida oficialmente no dia 30 de março de 2012, certificada pela Fundação Palmares. Atualmente, o Cercadão dos Diceta é liderado pela educadora mulher, uma das lideranças mais atuantes da comunidade, que exemplifica a importância feminina nas lutas dos movimentos sociais (SAMPAIO, 2012; QUEIROZ, 2012).

## **CERCADÃO DOS DICETAS, TRADIÇÃO E PROCESSOS EDUCACIONAIS**

A pesquisa foi realizada na CRQ localizada no município de Caucaia, no Estado do Ceará. Fomos recebidos e aceitos pela liderança do quilombo, que demonstrou sempre abertura e acolhimento, com disponibilidade de responder a nossos questionamentos e produzir conosco um prodigioso diálogo. Esta nos apresentou como foi o surgimento da comunidade e sua oficialização:

Foi em 2008 que veio um projeto pro Brasil que a gente conheceu um professor Leonardo Sampaio, e ele trabalhava na Secretaria de Caucaia, ele que trouxe o projeto pra cá, até então a gente tinha esse desejo de saber porque a gente nunca conseguiu nenhum benefício para a comunidade, por que era uma comunidade privada, o poder público não podia interferir, e através dos mais velhos que a gente começou um estudo sobre a contação da história de vida deles, aí surgiu a história que os primeiros habitantes vieram pra cá através de um navio negreiro que desembarcou na Barra do Ceará, aí daí começou a curiosidade do povo saber porque, aí a gente buscou mais informação, aí veio mais estudiosos para realmente confirmar se aqui tinha características de um quilombo mesmo. (Liderança da CRQ Cercadão dos Diceta)

Ao dissertar todo o processo histórico do quilombo, foi notório o orgulho com que a liderança sentia do seu povo e de sua história. No decorrer do diálogo foram relatadas dificuldades que estavam no início do estabelecimento da comunidade e que permanecem. Pois, após o reconhecimento da comunidade não houve a oferta efetiva de políticas públicas, por parte do poder público, no intuito de realizar o reparo social e histórico. Isso é, os moradores da CRQ continuam vivendo às margens da sociedade e em condições precárias, expressas pela falta de saneamento básico, de segurança pública, estruturas de moradias inadequada para o tamanho das famílias, entre outras. Pôr o Cercadão dos Diceta ter, segundo a representante, uma maioria de residentes na faixa da baixa renda e ser desassistida pelo poder público, a comunidade que tem que buscar subsídios e apoios para se manterem.

A representante destacou que dentro da comunidade o policiamento não é frequente. A polícia entra no quilombo somente quando é acionada e eles se sentem estigmatizados, sendo chamados de pobres e favelados. Os policiais não reconhecem a comunidade como

quilombola. Outra problemática destacada, e central para a observação desse trabalho, é a educação. Uma vez que a narrativa da liderança indica que somente a educação tem o poder de fazer perpetuar a história do quilombo, através do reconhecimento étnico promovido pelas atividades socioeducadoras, resultante da luta por direitos e pelo respeito às singularidades e particularidades dos Cercadão dos Dicetas.

Entretanto, a CRQ tem um problema profundo em relação aos recursos materiais, especialmente no que tange a educação infantil, para realizar a adequação do ensino à cultura comunitária e à funcionalidade da creche. Segundo a líder, a comunidade conta com três turmas de ensino infantil com aproximadamente sessenta crianças em sala de aula, além de que:

Todo ano é o mesmo problema para funcionar, ora fecha, ora não fecha, a gente espera mais pra que eles fechem, só que a gente sempre tá lá batalhando, a gente liga pra Palmares, aí eles mandam livros, aí de repente melhora, aí lá vem a questão dos professores, que eles querem mandar professores concursados, a gente tem professores na comunidade mas eles querem mandar os deles, a resistência é essa.

Essa questão dos professores é uma recorrente, já que o relato da liderança nos apresentou um constante debate com a Secretária de Educação do Município de Caucaia, que se pauta pela espera de que o ensino realizado na escola seja ministrado pelos professores do quilombo, em especial pelo conhecimento deles, da história do quilombo e pelo trabalho de construção identitário e de representatividade junto às crianças. A segunda dimensão indicada para a resistência à recepção de professores de fora da Cercadão dos Diceta está na debilidade da formação desses profissionais acerca da temática da educação e da história quilombola e do conceito de quilombo. Além disso, outra expressão da questão social relatadas pela líder é a falta de recurso para assumir os gastos escolares, tornando a educação ainda mais precarizada. Um exemplo disso está no prédio onde fica a escola, que é cedido pela prefeitura, porém os gastos com água e energia elétrica são pagos pela comunidade, ou seja, a prefeitura só entra com o pagamento dos professores e a merenda escolar.

De acordo com a representante, o processo de ensino da educação quilombola no Cercadão dos Dicetas não apresenta especificações precisas, nem em sistematicidade, nem em currículo escolar. Fazendo com que o quilombo desenvolva uma formação, mesmo que superficial, a respeito de sua cultura e de sua história, e posteriormente aplicada e ensinada em sala de aula. Essa fragilidade, no entanto, está destacadamente relacionada com a falta de apoio e de mobilização dos governos, em todas as esferas, para subsidiar e produzir recursos educacionais necessários para que a educação quilombola alcance realmente seu objetivo: desenvolver uma autonomia comunitária e individual com respeito aos modos de vida, a

identidade, a representatividade e à tradição, guardando as especificidades de cada uma das comunidades.

Como dito antes, ante a deriva metódica e estrutural, a aplicação e o ensino da formação quilombola na CRQ se dá, na educação infantil, por uma didática diferenciada que tem na contação de histórias e em outras experiências concretas da comunidade suas ferramentas mais contundentes. Essas atividades são baseadas na cultura, na vida das pessoas do quilombo, lendas e fatos históricos do Cercadão dos Diceta. Entretanto, essa prática educacional fundamentada na tradição, história, cultura e modos de vida do quilombo é interrompida ao fim da educação infantil, uma vez que falta à comunidade estruturas, suporte e apoio para o desenvolvimento de uma educação básica completa. Fazendo com que os alunos tenham de fazer os ensinamentos fundamental e médio em escolas públicas de educação padrão.

A sociabilidade da comunidade ganha destaque por constituir uma extensão do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que produzem outros nexos de sentido sobre os pertencimentos dentro do quilombo. Um aspecto importante dessa está no ecumenismo e na comunhão religiosa no interior da CRQ. As religiões evangélica, católica e umbandista convivem sem restrições e com completa tolerância entre as partes. Esse convívio e respeito com a diversidade religiosa é trabalhado desde cedo nas escolas e nas reuniões da comunidade, refletindo no relacionamento interpessoal do Cercadão dos Dicetas. As reuniões da comunidade ocorrem no último dia dos meses, onde os problemas e as dificuldades do quilombo são pautados para serem resolvidos.

## **FLUXOS E CONTRA-FLUXOS DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Diante das questões apresentadas anteriormente, podemos compreender a educação popular como uma possibilidade de emancipação dos sujeitos através dos seus saberes empíricos relacionados às suas vivências sociais e com a natureza. Essa emancipação vai para além de uma educação funcionalista, tecnocrática e formal com base no mercado. Mas a compreensão de educação popular é, muitas vezes, estigmatizada e capitada pelo sistema que inverte o sentido da mesma, voltando-a para uma forma de dominar os pobres. De maneira que expressa controle voltado à qualificação da mão-de-obra para o mundo dos negócios, sem possibilidade de reflexões e com trabalhadores úteis ao capital. Reforçando a lógica de sujeitos competentes, competitivos e produtivos. Gerindo assim, um pensamento nos indivíduos do “*self-made man*”, para que os mesmos sejam sujeitos de deveres com o sistema

e possam ter possibilidades para comprarem, alcançarem direitos e lugares pelos seus méritos (BRANDÃO, 2007).

No entanto, o intuito do pensamento que perpassa a educação popular, direciona uma ideia de emancipação dos sujeitos pelos saberes diversos, vai para além dos muros da educação formal. Traz consigo a formação dos sujeitos como cidadãos solidários, de criação progressiva na crescente plenitude dos direitos humanos, contemplando todos e todas em suas amplas dimensões. Portanto, a educação popular sob essa ótica, revela uma forma viável, contra as maneiras de opressões em instituições de controle, tendo em si, o interesse de aproximar os sujeitos em suas humanidades. Isto é, de crescer em sociedade a partir do conhecimento de outras realidades. Sendo assim um indivíduo consciente e motivado para transformar, coletivamente, através de um trabalho politizado (BRANDÃO, 2007).

Segundo Freire (2018) a educação popular não deve ser relacionada com uma transmissão de conteúdo que não tem a ver com as realidades dos sujeitos e numa imposição de uma única realidade aos mesmos. Ela deve se entrelaçar em equidade, em uma relação de diálogo entre duas ou mais realidades distintas. Pois vivemos em uma sociedade diversa, com inúmeras singularidades e particularidades. Diante disso, se a mediação educador-aluno se fundamentar em uma relação de imposição de um mundo dominante, na maioria das vezes, aumenta os anseios dos alunos, ao não se identificarem com o ensino repassado. Ou seja, tentará negar sua verdade enquanto indivíduo, ao mesmo tempo em que se enquadrará a um padrão social, construindo uma consciência de oprimido.

De acordo com Freire (2018), é necessário que os educadores conheçam as condições estruturais em que o pensar e a linguagem dos sujeitos se constituem, através de um modo dialógico. Para isso, o autor sinaliza que é dessa maneira que a educação libertadora se constrói, no momento em que identificamos o universo temático em que os indivíduos estão inseridos, sendo possível conceber os temas geradores. Temas esses que trazem a realidade dos sujeitos, de uma forma dialética para o centro das discussões. Um exemplo disso é a afirmação da liderança da CRQ Cercadão dos Dicitas:

porque eles queriam que eu trabalhasse os animal da cidade...que era o... esquilo, um elefante, um cavalo de puliça... eu num sei qual era outro bichu. Ai eu fui...trouxe pra realidade.. trabalhei cabra, jumento, vaca... Mas ai você tem que trabalhar o livro! os animal do livro! Que era os animal da cidade... Ai tudo bem... tudo bem... Ai veio uma moça da secretaria da educação... ai eu fui e iscatitei... eu fui e perguntei a ela... por quê? Por que que eu não podia trabalhar os animais da comunidade? Se a criança num sabe, sabe o que quié um elefante, sabe! Porque claro... elas assistem a televisão e as vezes elas vêim. Trabalhar! Porque nós lá do quilombo...nós trabalhamos é com o dia a dia da criança... é na prática, né?... num é na teoria, num é num livro não...nós trabalhamu é na prática...

Diante disso, podemos analisar a relação de aprendizagem homem-natureza e sua importância para a construção do conhecimento. Pois é através dessa relação que os sujeitos se tornam pertencentes ao meio, a partir do momento em que eles interagem problematizando, vivem e se identificam com as particularidades do mesmo. Tornando assim, a educação não alienante e alienável, em que os indivíduos si reconhecem no seu processo de construção de inter-relação com o objeto. Expressando todas as potencialidades dos sujeitos de maneira livre e gerando novos conhecimentos para a sociedade. Contudo, podemos analisar e nos questionar qual educação está para além do capital. A educação construída coletivamente, com a dedicação dos sujeitos em suas singularidades, direcionados por um ideal de liberdade e emancipação dos indivíduos. Ou uma educação baseada nos interesses individualista da humanidade, visando um objetivo comum de alimentar o mercado e sua estrutura metabólica (MÉSZÁROS, 2008; FREIRE, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As CRQ surgiram de uma expressão da questão social, o colonialismo. A gênese delas está na luta pela vida, pela fuga de homens e mulheres escravizados e por sua localização que garantia a invisibilidade em lugares afastados. Diante disso, muitos dados não foram recolhidos sobre as condições de vida desses povos tradicionais, pois passaram por várias gerações reprimidas pelo sistema e com receio de se identificarem como descendentes de pessoas escravizadas, pelo temor da volta daquela realidade.

Os povos quilombolas sempre resistiram e buscaram sobreviver, hoje essa busca se mantém, mas está envolta da reafirmação dos costumes e das tradições. Uma dessas formas de lutar por reconhecimento é através da educação, que tem como intuito transmitir a história a seus descendentes por meio da relação direta com a natureza, trazendo os conhecimentos das práticas cotidianas da comunidade para as salas de aula. Entretanto, sem que haja estrutura, apoio e continuidade nos processos educativos referentes à representatividade quilombola o ímpeto comunitário-formativo da primeira infância fica perdido ante a participação dessa população no ensino formal padrão. Mesmo com a complementação por parte da educação informal da comunidade as práticas identitárias e comunitárias não chegam ao seu intento de forma completa. Assim, aponta-se para a identificação de que a educação popular quilombola tem em seus nexos muitíssimas possibilidades a serem perscrutadas, entretanto apresenta limites estruturais profundos que vão para além do escopo das próprias comunidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Da educação à educação popular. In: Encontro de Formação de Educadores de EJA, 2, 2007, Goiânia. **Anais...** Goiânia: s.l., 2007. p. 12- 21.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 9 maio 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário oficial [da República Federativa do Brasil]**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 9 maio 2019.
- BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 de nov. de 2012, seção 1 páginas 26 – 30. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 9 maio 2019.
- CAMPOS, M, C; GALLINARI, T, S. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Nera**, São Paulo, ano. 20, n. 35, p. 199-217, jan./abr. 2017.
- CHAVES, L, O; SILVA, E, V. Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação do quilombos contemporâneos. **Novos Cadernos**, Pará, v. 2, n.3, p. 147-160, set./dez. 2017.
- DIÁRIO DO NORDESTE. Quilombos: resistência para vencer invisibilidade histórica. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20 nov. 2017. Fortaleza, Metro. Acesso em: 8 maio. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2KAnbiY>>.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- GELEDÉS. Educação Quilombola. **Geledés**, São Paulo, 01 mar. 2017. São Paulo, Áreas de Atuação, Educação. Acesso em: 4 maio. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Z3G0yY>>.
- GUERRA, Y. *et al.* O debate contemporâneo da "questão social". In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3, 2007, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2007. p. 1 – 9.
- LIMA, I, C; SILVA, D. Territórios quilombolas no Ceará: Educação, processos históricos e identidades. In: Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 10, 2018, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2018. p. 1-17.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho).
- QUEIROZ, Zeudir. Comunidades quilombolas de Caucaia recebem certificado nacional. **Jornal dos Municípios**, Caucaia, 8 abr. 2012. Caucaia, Notícias. Acesso em: 4 maio. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/31CIWWa>>.
- PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2006. (Repensando a História).
- SAMPAIO, L. Cercadão, uma história inédita. **Leonardo Sampaio**, Caucaia, 2 jan. 2012. Acesso em: 7 maio. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2OWBh2w>>.
- WEBER, M. A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais. In: \_\_\_\_\_; COHN, G. (Org). **Max Weber: sociologia**. 7. Ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 79- 127.
- WITZEL, Nicollas. Comunidades quilombolas tentam resistir ao avanço de grandes empreiteiras. **Época**, São Paulo, 24 abr. 2019. Acesso em: 7 maio. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/2UwIkNT>>